



VCAATC

Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas

GOVERNANÇA CLIMÁTICA LOCAL E CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS: DIAGNÓSTICO DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS DO PARANÁ E CONTRIBUIÇÕES PARA O CONTROLE EXTERNO PREVENTIVO

Cecilia Passos Brandão





Contexto e Problema de Pesquisa

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

- Mudanças climáticas produzem impactos locais e territorializados;
- Os Municípios ocupam posição central na gestão dos riscos e desastres;
- As competências legais não garantem, por si só, uma política pública efetiva.

Problema: Em que medida a capacidade institucional influencia a governança climática local e como o controle externo pode contribuir para seu fortalecimento?



Objetivo do Estudo

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

Nesse contexto, a presente pesquisa busca compreender como a capacidade institucional municipal influencia a efetividade da governança climática local, bem como analisar as contribuições do controle externo preventivo para o fortalecimento das estruturas responsáveis pela gestão de riscos e desastres.



Metodologia

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

A pesquisa desenvolvida neste trabalho possui natureza aplicada, com abordagem qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico, documental e análise do diagnóstico elaborado pelo MPC/PR sobre as Defesas Civas Municipais do Estado do Paraná (Relatório nº 03), com a finalidade de examinar a relação entre capacidade institucional e governança climática local, bem como as contribuições do controle externo para o fortalecimento das capacidades institucionais municipais.



Governança Climática e Capacidade Institucional

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

Governança climática nos municípios: Coordenação das ações de prevenção, adaptação e gestão dos riscos climáticos.

Capacidade institucional: Capacidade dos municípios de implementar efetivamente competências legais por meio de estrutura organizacional, instrumentos de planejamento, gestão da informação e coordenação institucional.

Premissa: A capacidade institucional constitui elemento fundamental para a efetividade da governança climática local.



Diagnóstico das Defesas Civas Municipais

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

- 399 municípios analisados (100% dos municípios paranaenses)
- 121 municípios (30,3%) com estrutura mínima completa (Coordenador de Defesa Civil, Diretor Operacional e Secretário)
- 159 municípios (39,8%) apenas com Coordenador
- 33 municípios com PLANCON desatualizado

Resultado: significativa heterogeneidade institucional entre as COMPDECs, com 240 municípios (~60%) tendo apenas 1 ou 2 servidores designados para exercer as funções de proteção e defesa civil.



Recorrência dos desastres no Paraná

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

Período analisado: 2015–2025:

- **5.923** ocorrências registradas;
- **397** dos 399 municípios atingidos;
- Mais de **4,5 milhões** de pessoas afetadas;
- Prejuízos estimados superiores a **R\$ 32 bilhões**.



Capacidade Institucional e Governança Climática

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

Os resultados indicam que a capacidade institucional constitui elemento relevante para:

- o planejamento das ações de gestão de riscos;
- a coordenação institucional;
- a gestão das informações estratégicas;
- a implementação das políticas de gestão de riscos e desastres.

Síntese: A vulnerabilidade aos desastres não decorre apenas da exposição aos riscos, mas também das capacidades institucionais disponíveis para enfrentá-los.



Controle Externo Preventivo e Fortalecimento das Capacidades Institucionais

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

- Produção de diagnósticos institucionais;
- Identificação de fragilidades institucionais;
- Monitoramento de políticas públicas;
- Formulação de recomendações técnicas;
- Fortalecimento das capacidades institucionais locais.

Exemplo: Projeto Especial de Estruturação das Defesas Civas Municipais do MPC-PR.



Conclusões

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

- A capacidade institucional constitui variável relevante para a efetividade da governança climática local.
- Municípios com estruturas mais organizadas tendem a apresentar melhores condições de planejamento, coordenação e gestão dos riscos.
- A vulnerabilidade aos desastres não decorre apenas da exposição aos riscos climáticos, mas também das capacidades institucionais disponíveis para enfrentá-los.



Conclusões

SÃO LUÍS - MARANHÃO
23 A 25 DE JUNHO DE 2026

- O fortalecimento das Defesas Civas Municipais representa condição relevante para a adaptação climática e para a ampliação da resiliência territorial.
- O caso do MPC-PR evidencia o potencial do controle externo preventivo para identificar fragilidades institucionais e fortalecer capacidades estatais relacionadas à gestão de riscos e desastres.